

ARTIGO

**FORTE SÃO JOAQUIM: DE MARCO DA OCUPAÇÃO
PORTUGUESA DO VALE DO RIO BRANCO ÀS BATALHAS DA
MEMÓRIA – SÉCULO XVIII AO XX**

Resumo

Este artigo trata do papel do Forte São Joaquim na consolidação da fronteira e da ocupação do vale do rio Branco, localizado no atual estado de Roraima. Busca compreender o processo de ocupação da região no final do século XVIII e XIX, descrever a política colonial portuguesa e imperial brasileira. Discutir questões relacionadas à memória do Forte São Joaquim, procurando dar maior ênfase aos sujeitos participantes desse processo. Além da discussão sobre a disputa pela memória do Forte São Joaquim, questão que envolve diversos segmentos da sociedade roraimense, memória que foi apropriada pelas chamadas famílias “pioneiras”, em que algumas delas têm suas origens ligadas a ex-integrantes da fortificação, e a utilizam para justificar suas posses e consolidar seu lugar social.

Palavras-Chave: Roraima; Forte São Joaquim; Memória.

Abstract

This article deals with the role of Fort São Joaquim in the consolidation of frontier occupation in the Valley of Rio Branco, currently state of Roraima. The aim is to understand the process of occupation of the region by the end of 18th e 19th centuries, and also to describe the portuguese policies throughout these centuries. Besides, the article addresses questions related to the memory of the Fort, focusing in the social actors involved in the process. Such discussion involves several segments of regional society, specially the so called “families pioneers”; some of these families are originally related to those persons with established the Fort in the late 18th century.

Keywords: Roraima; Fort São Joaquim; Memory.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Pós doutor pela Universidade Federal do Pará (2015). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Roraima.

** Possui graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (2007), graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2013).

Introdução

Em meados do século XIX, ainda que pouco atrativo para os colonos, o vale do rio Branco já era uma realidade como área de ocupação não-indígena, porém sem a atuação do Estado português, na segunda metade do século XVIII, por meio da construção do Forte São Joaquim e de outras políticas de ocupação, teria sua concretização adiada.

Nessa região, algumas nações européias travaram conhecimento do espaço geográfico e de seus ocupantes antes dos portugueses, e, portanto, já possuíam estratégias com fins geopolíticos, o que levou a alguns conflitos, mesmo que indiretos, pelo controle da influência sobre os indígenas e pela zona de fronteira, entre espanhóis e holandeses¹.

O vale do rio Branco, assim como toda a Amazônia, ao chegarem os portugueses, já era povoada por diversas etnias indígenas, que possuíam estrutura social, política e cultural consolidadas. Assim, ao chegarem ao rio Branco os portugueses vieram para conquistar e ocupar, sendo o termo ocupação aqui compreendido no sentido de que os não-índios negociaram, se apropriaram, e em muitos casos expulsaram os povos autóctones de suas terras, de uma região já povoada por diversas etnias, além da compulsória, e diversas vezes violenta, apropriação de sua força de trabalho.

Segundo Bertha Becker², para a Amazônia colonial, a geopolítica funcionou como o fundamento de ocupação, pois,

(...) por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência.

É importante destacar que utilizaremos este conceito de geopolítica como marco metodológico deste artigo, sendo que o que devemos utilizar para interpretar os argumentos portugueses para a posse da região é o conceito de *Uti Possidetis*, segun-

¹ FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 95.

² BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 Mar 2007.

do o qual, o direito ao território deveria caber àquele que o povoara, que o conquistara aos primeiros habitantes³.

Assim, na busca pela consolidação da posse do território pelos portugueses, diversos conflitos vão se desenrolar ao longo da história colonial da Amazônia, conflitos tanto externos quanto internos, e se o primeiro não foi marcado por grandes confrontos, pelo menos se comparados aos conflitos internos, estes sim, marcados por significativa violência, principalmente a voltada aos antigos habitantes da América, que graças ao pensamento etnocentrista e a busca incansável pelo enriquecimento do não-índio, são massacrados no avanço da conquista colonial desde os primeiros dias da ocupação pelos europeus.

Amazônia colonial: uma área em constante disputa

Se o litoral do Brasil passou a receber a atenção da coroa portuguesa apenas a partir de meados do século XVI, a Amazônia ainda teria que esperar mais de um século após a chegada dos primeiros europeus à Bahia para ser inserida no mapa da conquista colonial portuguesa. Somente com a ameaça da perda do território Portugal volta então sua atenção para a vasta região da bacia do rio das Amazonas.

Segundo Cardoso⁴ (p. 38), no início do século XVII holandeses, irlandeses, ingleses e franceses conheciam melhor a região amazônica que portugueses e espanhóis “donos” do território pelo Tratado de Tordesilhas, mas com o foco voltado para outros problemas nesse período. Um dos principais motivos que atraía a atenção dessas nações europeias era a proximidade da Amazônia ao comércio caribenho.

O abandono inicial dos portugueses e espanhóis, ofereceu a oportunidade para que piratas e corsários franceses, por exemplo, explorassem o litoral maranhense e paraense, conforme declarava o próprio Daniel de La Touche, senhor de *La Ravarière*, que fora comandante da expedição de fundação de São Luís em 1612, quando capitulou frente aos luso-brasileiros no Maranhão em 1615, afirmando que haviam feito inúmeros reconhecimentos da região⁵.

A impossibilidade de defesa da Amazônia a partir do Norte brasileiro e a necessidade de ocupá-la, aliados à dificuldade natural de navegação, que tornava mais fácil

³ ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática, 1989, p. 30.

⁴ CARDOSO, Alirio Carvalho. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: FONTES, Edilza (org.). Coleção Contando a História do Pará: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003, pp. 32 – 58.

⁵ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Momentos de história da Amazônia. Imperatriz: Ética, 1998, pp. 28 – 29.

a viagem de Belém a Lisboa que à Salvador, possibilitou o surgimento de uma outra área colonial portuguesa na América do Sul, diretamente subordinada à metrópole⁶.

Na Amazônia, com a fundação do Forte do Presépio, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, os portugueses marcam sua presença na região, Forte este que daria origem à cidade de Belém, localidade que serviria de base logística tanto para que os portugueses espalhassem feitorias e missões no rio Amazonas, como para a expulsão dos estrangeiros⁷.

Conforme Cardoso⁸, inicialmente a Coroa portuguesa não tinha claro um projeto de ocupação das terras amazônicas, tinham a necessidade de ocupar devido a presença de outras nações europeias. Além da falta de um projeto, também faltavam recursos financeiros, o que foi inicialmente remediado pelo interesse dos luso-brasileiros de Pernambuco em efetivar a conquista.

A preocupação portuguesa em ocupar a região com uma população não-índia estava inserida, em um primeiro momento, principalmente no contexto da defesa do território. Para Carvalho⁹, são “razões de guerra” que motivaram os portugueses a investir empreendimentos na região, pois ainda não se tinham consciência do potencial econômico da Amazônia, mas a de que seu principal rio era um excepcional instrumento de comunicação, penetração no território e de defesa contra os invasores estrangeiros. Assim, a defesa torna-se a principal força organizadora da estratégia de ocupação da Amazônia.

Entretanto, apesar de pensada estrategicamente para defender o território de invasores estrangeiros, a conquista da Amazônia, segundo Reis¹⁰, foi impulsionada por motivos econômicos na busca pelas drogas do sertão, e motivada pela cobiça mercantil do homem europeu dos séculos XVII e XVIII.

Inicialmente, para tornar a região economicamente produtiva e atrativa, foi tentado o sistema de plantation, sendo frustrada essa tentativa, voltaram-se então para a abundante força de trabalho disponível (índios) e para a grande quantidade de produtos naturais comercializáveis oferecidos pela floresta¹¹.

Entre os fatores que contribuíram para que a produção de açúcar e tabaco da Amazônia não entrasse no mercado exportador português os principais foram: a

⁶ CARDOSO, Alírio Carvalho. Op. cit. p. 39.

⁷ DIAS, Maria das Graças Santos. Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, n. 5, [19--?], pp. 33 – 39.

⁸ CARDOSO, Alírio Carvalho. Op. cit. p. 42.

⁹ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. cit. pp. 35 – 36.

¹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a Cobiça Internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982, pp. 17 – 18.

¹¹ SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 17.

falta de capital, tendo em vista a burguesia mercantil estar mais interessada no lucro seguro da produção de açúcar do Nordeste do Brasil; e ainda os altos preços a que chegavam a mão-de-obra escrava negra, tornando-a inacessível aos produtores da Amazônia¹².

Segundo Santos¹³ a extração das drogas do sertão também veio substituir, em parte, as perdas portuguesas no comércio de especiarias com o Oriente, e que sem essa base econômica, teria sido impossível ocupar o vale amazônico. Encontrada a atividade econômica adequada, a utilização da mão-de-obra indígena nessa atividade vai provocar o choque cultural entre europeus e indígenas. Desta forma, os conflitos internos na região foram iniciados e impulsionados pela cobiça por mão-de-obra e drogas do sertão¹⁴.

A disputa pelo acesso e controle dessa mão-de-obra marcou a história colonial da região envolvendo principalmente colonos e missionários¹⁵. De fato, afirma Chambouleyron¹⁶ (p. 103), na Belém do início do século XVII, todos os moradores, fossem “(...) militares, senhores, estrangeiros, religiosos, oficiais e em alguns casos até os chamados ‘pobres’, tinham índios para seu serviço”.

Santos¹⁷ destaca que o avanço português na Amazônia, que provocou o confronto com os indígenas, foi realizado por vários agentes, que se confrontaram também entre si, de forma que quase todos esses confrontos giravam em torno de um único objetivo, controlar a mão-de-obra indígena.

Dentre as mais importantes legislações do período colonial na Amazônia encontra-se o Regimento das Missões, de 1686, que segundo Vieira¹⁸, entre os pontos mais significativos trouxe, para o controle das ordens religiosas, a administração temporal e política sobre a mão-de-obra indígena, além do controle espiritual que já possuíam, o que representou uma excepcional vitória dos missionários sobre os colonos com o aval da Coroa portuguesa.

A ação dos missionários foi marcada pela ambigüidade, como afirma Chambouleyron¹⁹, pois, ao mesmo tempo em que denunciavam os excessos dos colonos

¹² FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 24.

¹³ SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. pp. 18 – 19.

¹⁴ DIAS, Maria das Graças Santos. Op. cit. p. 34.

¹⁵ Id.Ibid. p. 35.

¹⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. Belém e seus moradores no século XVII. In: FONTES, Edilza (org.). Coleção Contando a História do Pará: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003, pp. 84 – 110.

¹⁷ SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. pp. 33 – 34.

¹⁸ VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007, p. 11.

¹⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das Missões Jesuíticas na Amazônia (século XVII). Lusitânia Sacra, Volume 15, Segunda Série, 2003, pp. 19 – 20.

entrando em conflito com os mesmos, participavam do mundo comercial, pois para sobreviver precisavam das alianças com autoridades coloniais ou colonos poderosos. Prática que se repetiu por vários séculos na Amazônia, e continua a se repetir em boa parte das igrejas conservadoras seja católicas ou não.

Com a administração de Pombal do governo português, a Amazônia passa a ser uma área privilegiada, nomeando para governá-lo seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Tal atenção, segundo Dias²⁰, foi proporcionada pela recente assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, entre Portugal e Espanha, com o qual Portugal adquiriu a posse de vasta extensão ao Norte de sua área colonial, pensando a administração portuguesa em alternativas econômicas que pudessem promover o desenvolvimento da Amazônia.

Para a política de Pombal, a Amazônia representava grandes possibilidades econômicas para Portugal e o constante conflito entre colonos e missionários deveria ser resolvido para que isso se concretizasse, pois a questão influenciava diretamente sobre a produção da colônia, em sua capacidade como fornecedora de especiarias e matérias-primas²¹.

Dentro das medidas adotadas por Pombal, as mais significativas para a Amazônia foram: a drástica modificação ocorrida na política relativa à mão-de-obra indígena; a instituição de uma companhia de comércio que funcionou durante mais de vinte e dois anos (1755-1778), com as finalidades de introduzir escravos africanos a crédito, dinamizar a agricultura e de incrementar o comércio na região; redistribuição (entre militares e particulares) das propriedades confiscadas dos jesuítas, por doação ou venda; a reformulação e ampliação da máquina administrativa portuguesa local; e a transformação das antigas missões em vilas e comunidades com novas denominações portuguesas²².

A Lei intitulada *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, foi assinada pelo rei D. José I em 17 de agosto de 1757, e inicialmente aplicada apenas ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo no ano seguinte aplicada em toda a conquista americana portuguesa, vigorando até 12 de maio de 1798, quando foi revogada por D. Maria I²³.

Tratava-se, nos planos de Pombal e Mendonça Furtado, de elevar o indígena a condição de súdito da Coroa, para garantir a “precária posse da colônia”, uma vez

²⁰ DIAS, Maria das Graças Santos. Op. cit. p. 36.

²¹ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. cit. p. 108.

²² SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. pp. 46 – 47.

²³ BRANDÃO, Sylvana. O Diretório Pombalino e a Historiografia Luso-brasileira. In: BRANDÃO, Sylvana (Org). História das Religiões no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, pp. 253 – 254.

que assinado o Tratado de Madrid, era necessário “povoar” todo o território com população portuguesa, nesse caso, inserindo os índios na sociedade portuguesa colonial e criando vilas e povoados com nomes portugueses²⁴.

Brandão²⁵ ressalta que as “(...) orientações e determinações para redefinir e pôr em prática a nova política de integração social para os índios do Brasil (...)” partiram da obstinação de Pombal e de Mendonça Furtado, mas principalmente do segundo, tendo em vista que quando designado como comissário para demarcação de fronteiras em expedição pela região do Arraial de Maruiá (Barcelos), onde enfrentou as doenças e as intempéries da floresta, sua animosidade contra as ordens religiosas cresceu, em especial a Companhia de Jesus, pelo controle que exerciam sobre a mão-de-obra indígena, atribuindo-lhes todo o insucesso da tarefa que deveria realizar, da falta de alimentos e remadores ao não comparecimento do comissário espanhol.

Acrescente-se ainda o confronto entre colonos e missionários, que era fomentado pelas intrigas dos colonos que não conseguiam obter com facilidade a mão-de-obra escrava indígena para trabalhar na produção das lavouras ou na coleta das especiarias, e ainda não toleravam a superioridade material das ordens religiosas²⁶.

O Diretório propunha alterações profundas na política indigenista vigente na Amazônia. Assim, nos aldeamentos o governo temporal seria exercido pelos principais (chefe indígena) sobre os índios, existindo ainda o diretor (administrador civil) para dirigir o aldeamento, e um missionário para a parte espiritual. Obrigava a utilização do português por todos, bem como de sobrenomes portugueses. E, os diretores, substitutos da administração missionária, ficavam com a sexta parte de tudo o que os índios produzissem, e cuidavam dos salários dos mesmos²⁷.

Tratando sobre o Diretório dos Índios, Almeida²⁸ analisa que havia a necessidade de fortalecer o Estado, passando a Igreja a ocupar uma posição subalterna na condução da administração. Não querendo submeter-se a autoridade do Estado, a Companhia de Jesus foi expulsa dos domínios portugueses em 3 de setembro de 1759, colocando o Estado fim ao seu confronto com os inicianos, sendo, no entanto, realizada a sua substituição de forma gradual, tanto dos jesuítas como de missionários de outras ordens religiosas²⁹.

²⁴ DIAS, Maria das Graças Santos. Op. cit. p. 38.

²⁵ BRANDÃO, Sylvana. Op. cit. pp. 261 – 262.

²⁶ Id.Ibid. p. 265.

²⁷ SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. pp. 49 – 52.

²⁸ ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil no século XVIII. Brasília: Editora UNB, 1995, p. 115.

²⁹ Id.Ibid. pp. 121 – 123.

O Diretório Pombalino não alcançou os resultados imediatos que a administração portuguesa esperava. Assim, mesmo para as autoridades coloniais, o grande responsável pela ineficácia do Diretório seria o Diretor dos Índios que, segundo Santos³⁰, pelo conceito de Ribeiro de Sampaio, era portador de dois quase inenunciáveis obstáculos: ‘a ignorância, e a ambição’. O resultado é que trinta anos depois, a colônia continuava no ponto de partida, conduzida por diretores com o mesmo perfil traçado por Ribeiro de Sampaio.

Para Santos³¹, aparentemente o responsável direto pelo fracasso do Diretório foram os diretores dos índios, no entanto, uma outra parte do insucesso foi representada pela capacidade de articulação dos principais dentro dos aldeamentos, resultando em obediência simulada, fugas, deserções, rebeliões e guerras indígenas, reflexo do confronto de políticas antagônicas, uma indígena e outra indigenista.

Um grande exemplo de resistência indígena à conquista portuguesa foi empreendida pelos Manao no ano de 1720. Farage³² acredita que o confronto entre os Manao e os portugueses tenha se dado por fatores de ordem econômica, pois além de extinguir intermediários para o comércio de escravos com holandeses, essa guerra serviria também para aumentar as zonas de fornecimento de escravos para a área colonial, e com a derrota desses índios, nos anos 1730, se abriam as rotas dos rios Negro e Branco para o apresamento de indígenas, regiões que teriam suas populações em pouco tempo reduzidas³³.

Assim, em meados do século XVIII, passa o rio Branco a integrar o sistemático mercado de fornecimento de escravos para Belém e São Luis. Não mais um apresamento esporádico, mas um empreendimento financiado pelo Estado para abastecer o Maranhão e o Grão-Pará, sempre necessitados de trabalhadores para suas lavouras³⁴.

Com a aplicação do Diretório Pombalino, do grande número de indígenas que povoavam o Grão-Pará e Maranhão, poucos foram assimilados como súditos da Coroa, alguns voltaram a se internar na floresta, voltando ao modo de vida anterior ao aldeamento português, e a grande maioria foi dizimada, passando a Amazônia a sofrer “(...) um intenso processo de despovoamento, a partir de 1750”³⁵.

³⁰ SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit. pp. 57 – 58.

³¹ Id.Ibid. pp. 61 – 62.

³² FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 65.

³³ Id.Ibid. p. 67.

³⁴ Id.Ibid. p. 68.

³⁵ BRANDÃO, Sylvana. Op. cit. p. 274.

Para Farage³⁶ nas lutas pela posse do território do rio Branco a partir da década de 1770, os indígenas, seja sendo aldeados pelos portugueses, ou fazendo comércio com os holandeses do Essequibo, participaram ativamente da construção da fronteira colonial, procurando vantagens, e para os colonizadores a submissão política indígena significava a garantia da posse efetiva do território.

O importante é perceber que no avanço dos portugueses sobre a Amazônia, ou mesmo de outras nações sobre outras áreas na América, os indígenas não foram meros expectadores do que ocorria ao seu redor, mas foi um agente ativo, que forjou alianças e encontrou maneiras de satisfazer alguns de seus próprios interesses.

Portugueses no Rio Branco

Os relatos portugueses sobre o rio Branco são extremamente vagos com relação a sua descoberta, sendo esta apontada, sem apresentar provas concretas, por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e Joaquim Nabuco, o primeiro escrevendo no século XVIII e o segundo no XX, sobre a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito entre 1637 e 1639, aparecendo nas crônicas do jesuíta Christobal de Acuña que acompanhou Teixeira³⁷.

Para Farage³⁸, os documentos acerca do rio Branco são do século XVIII, aumentando seu volume a partir da década de 1730, uma vez que se iniciava nesse período a expansão oficial para a região, por meio das tropas de resgate, que passam a vasculhar a área em busca de índios.

Esse período sem documentação não significa que a região não tenha sido visitada pelos portugueses, mas que as atividades exploratórias desencadeadas, a extração de drogas do sertão e o apresamento de indígenas por particulares, eram geralmente clandestinas.

Conforme Farage³⁹, para entender a expansão portuguesa no rio Negro, e depois no Branco, é necessário que se compreenda que no final do século XVII, as áreas mais próximas à Belém têm diminuído a capacidade de fornecimento de mão-de-obra escrava indígena gradativamente, resultando na condenação dos Manao, por serem aliados dos holandeses da Guiana na sua rede de trocas de manufaturados por escravos indígenas. As primeiras tropas de resgate oficial ou não já foram bem descritas no livro de Farage, aqui citado como também de Vieira.

³⁶ FARAGE, Nádia. Op. cit. pp. 18 – 19.

³⁷ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 10.

³⁸ FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 56.

³⁹ Id.Ibid. pp. 61 – 62.

O que mais surpreendeu os portugueses foi o fato dos espanhóis terem ultrapassado a cordilheira que separa a bacia do rio Orinoco da bacia do rio Branco, que acreditavam ser uma defesa natural. Tal fato colocava em “xeque” todo o sistema de defesa português para a Amazônia, pois de nada adiantariam as fortalezas construídas em outros pontos da fronteira se o acesso ao rio Negro era livre atravessando o rio Branco. Isto, não se tratava de eventuais encontros, como ocorrera no caso dos holandeses, mas uma iniciativa do Estado espanhol, com a finalidade de anexar a região aos domínios de Castela.

A situação apresentava-se mais complicada para Portugal devido ao momento político de suas relações com a Espanha, no ponto que tratava sobre suas fronteiras coloniais, tendo em vista a anulação do Tratado de Madrid de 1750 pelo de El Pardo em 1761, quando as duas nações só voltariam a se entender sobre o assunto em 1777, ou seja, naquele momento, as fronteiras coloniais encontravam-se indefinidas, e para as futuras negociações seriam levadas em consideração as áreas já ocupadas⁴⁰.

A complexa conjuntura que se apresentava no rio Branco fez da questão prioridade central para os portugueses⁴¹, e para evitar a ameaça de perder o território decidiu-se pela construção de uma fortificação e pelo investimento em aldeamentos indígenas como estratégia para a ocupação efetiva do Branco⁴².

Percebemos na Provisão Régia de 14 de novembro de 1752, que as primeiras razões para a construção do Forte São Joaquim foram as incursões holandesas na região do vale do rio Branco⁴³, ordem que não foi executada por Mendonça Furtado. Assim, essa ordem só se concretizaria em 1775, devido aos motivos expostos, sendo necessário uma base militar para a região⁴⁴.

Com a chegada de Leclerc à Barcelos, em 1775, no dia 03 de outubro de 1775 partia da capital da capitania em direção ao rio Branco uma expedição comandada pelo capitão Phelippe Sturm, oficial engenheiro alemão, servindo à Coroa lusa, e reforçada com militares enviados de Belém, que chegando à região foram à procura dos espanhóis, sem encontrar grande resistência, e conquistaram São João Batista, na margem do Tacutu. Os fugitivos espanhóis, refugiados no Forte Santa Rosa, no Uraricoera, sabendo da aproximação da tropa de guerra portuguesa fugiram novamente⁴⁵.

⁴⁰ Id.Ibid. pp. 122 – 123.

⁴¹ Id.Ibid. p. 123.

⁴² VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 18.

⁴³ ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Op. cit. pp. 657 – 658.

⁴⁴ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 18.

⁴⁵ Índios de Roraima. Boa Vista: Centro de Informação Diocese de Roraima, 1989, pp. 14 – 15.

Entre os anos de 1775 e 1776 foi iniciada a construção do Forte São Joaquim, à margem direita do rio Tacutu, no ponto de encontro com o Uraricoera, formando o rio Branco, posição estratégica, pois barraria a passagem de espanhóis e holandeses para o Branco, impedindo qualquer tentativa de incursões estrangeiras no rio Negro⁴⁶.

A importância do rio Branco para a Coroa portuguesa estava justamente nesse ponto, era a barreira na área limítrofe entre os domínios portugueses e os vizinhos holandeses e espanhóis, essa seria a primeira vantagem que os portugueses poderiam ter da região⁴⁷ (SAMPAIO, 1850: 266 – 267).

O Forte São Joaquim fez parte do arco de fortificações portuguesas que cercaram seus domínios amazônicos no século XVIII, fechando os principais acessos à região interior da Amazônia. Eram esses acessos: o rio Branco (Forte São Joaquim), rio Negro (Forte São José de Marabitanas – Cucuí e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira). Este arco veio para complementar o que já existia no estuário do rio das Amazonas, além daqueles que aprofundavam as defesas⁴⁸ (BENTO, 1975:51 – 52).

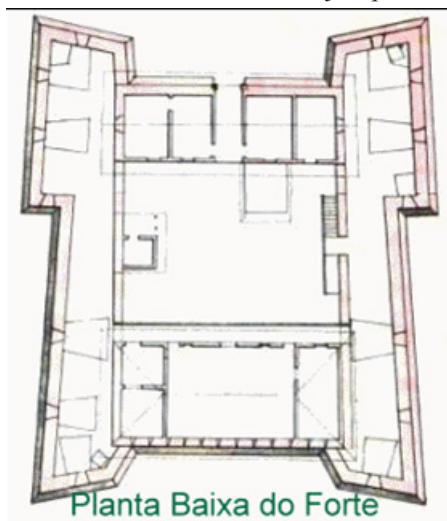
Podemos verificar na imagem abaixo a planta baixa do Forte São Joaquim, desenhada no século XVIII, por ocasião da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo vale do rio Branco em 1786. O desenho da planta de Rodrigues Ferreira foi o único dessa natureza a que tivemos acesso em nossas pesquisas, resumindo-se outras plantas à cópias da realizada pela equipe da Viagem Filosófica de Ferreira.

⁴⁶ FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 123.

⁴⁷ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa (1777). In: SAMPAIO, Francisco Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do rio Branco da América Portuguesa (1777). In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII. Rio de Janeiro, n° 18, 1850, pp. 200 – 273.

⁴⁸ BENTO, Cláudio Moreira Maj. Forte São Joaquim do Rio Branco: Sentinela do Brasil no extremo Norte nos séculos XVIII e XIX. Revista do Militar Brasileira, v.106, 1975, pp. 51 – 54.

Planta Baixa do Forte São Joaquim⁴⁹



Durante sua existência, o Forte São Joaquim teve a incumbência de conduzir a administração da região para a Coroa portuguesa e depois para a Imperial brasileira, e sua primeira tarefa nesse sentido foi a constituição de aldeamentos indígenas na região, que, acredita Farage, também foi desencadeado de modo rápido e eficaz, uma vez que na obra e construção do Forte já se utilizava mão-de-obra indígena, descida para essa finalidade, além daquela encontrada junto aos aldeamentos espanhóis do Uraricoera⁵⁰.

A fortificação tornou-se um braço administrativo do Estado português no rio Branco, direcionando e aplicando a geopolítica portuguesa para a região, o que levou a diversos conflitos com a população indígena local desde o primeiro momento, o que significou, na prática, a dificuldade do cumprimento de parte de suas tarefas administrativas.

No entorno do Forte surgia o primeiro núcleo habitacional não-índio no rio Branco, e em sua proximidade, já em 1777, foram criados os primeiros aldeamentos indígenas, “(...) Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel, Santo Antônio e Santa Bárbara no próprio rio Branco; São Felipe, no Tacutu; Nossa Senhora da Conceição no Uraricoera”⁵¹.

⁴⁹ Disponível em: <www.cfr7bis.eb.mil.br>. Acesso em: 10 de março de 2008.

⁵⁰ FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 123.

⁵¹ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 22.

O investimento no sistema de aldeamentos indígenas na região, chegou a contar com 1019 indivíduos, tal número de indígenas aldeados, em sua maioria do sexo masculino, demonstra o grande esforço da Coroa portuguesa em garantir a ocupação do território a partir do sistema de aldeamentos⁵². Entretanto, a primeira tentativa de aldeamentos no rio Branco caiu em 1781 e o sistema foi praticamente destruído pela insurreição dos indígenas contra os soldados portugueses que os administravam⁵³.

O estopim da série de revoltas parece ter sido a visita do Frei José de Santo Antonio ao aldeamento de São Felipe em abril de 1780, quando tentou pressionar o índio Roque a separar-se da mulher com que vivia, uma vez que já era casado na povoação de Carvoeiro, no rio Negro. Após essa tentativa de coação, a insatisfação dos indígenas explodiu e os rumores de fuga começaram a se espalhar por São Felipe⁵⁴. Uma série de prisões, fugas e violência se seguiram durante 1780 em todos os aldeamentos, não sendo abandonado apenas o de Nossa Senhora do Carmo⁵⁵.

Evidenciando a importância dos indígenas na ocupação do território para serem utilizados como “muralhas dos sertões”, e a falta de recursos para investir em uma estratégia que contasse com o deslocamento de não-índios para a região, a Coroa inicia uma segunda tentativa de aldeamentos, com a criação de quatro aldeamentos, a partir de 1784, em lugar dos que foram abandonados pelos indígenas, quais são: Nossa Senhora da Conceição, São Felipe, São Martinho e Santa Maria⁵⁶.

Ao contrário do que esperavam os portugueses, essa segunda tentativa de aldeamento sofreu um grande fracasso, uma vez que nunca chegou a ultrapassar em números os primeiros aldeamentos, não conseguindo assim, os portugueses, transformá-los em núcleos estáveis de povoamento e, por conseguinte, unidades autônomas de produção⁵⁷.

Provando a importância da estratégia de ocupação do vale do rio Branco por meio de aldeamentos, mesmo com as dificuldades e com a improdutividade, os portugueses os mantiveram por vários anos, e, acredita Farage⁵⁸, seria mantido por muito mais tempo, não tivesse a política portuguesa de ocupação sofrido outra inflexão com a revolta de 1790.

O segundo ciclo de revoltas nos aldeamentos do rio Branco eclode decorrente da crescente deterioração das condições de vida dos mesmos sem qualquer pers-

⁵² Id.Ibid. p. 24.

⁵³ Id.Ibid. p. 26.

⁵⁴ FARAGE, Nádia. Op. cit. p. 131.

⁵⁵ Id.Ibid. pp. 132 – 134.

⁵⁶ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 26.

⁵⁷ FARAGE, Nádia. Op. cit. pp. 136 – 137.

⁵⁸ Id.Ibid. p. 140.

pectiva de solução para os problemas, com a fome sendo remediada apenas com a distribuição de farinha que vinha do rio Negro. Em contrapartida as pressões dos portugueses sobre os principais, exigindo destes a manutenção do número de indígenas aldeados tornavam as relações ainda mais tensas⁵⁹.

Diante do levante, mesmo Lobo D'Almada, que antes defendia um discurso humanista, de tratamento de brandura dispensado aos índios, desta vez, resolve punir os rebeldes, pois, em sua opinião, sem isso seria moralmente impossível manter uma guarnição militar na região, bem como manter o controle sobre a população aldeada que permanecera⁶⁰. Depreciando os índios, que agora não serviam aos seus interesses de “aqueles comedores de farinha”.

Apesar dos problemas enfrentados com esse último ciclo de revoltas, os portugueses não desistiram de seu projeto de ocupação do vale do Branco com a população indígena, sendo a partir desse momento recomendado ao comandante do Forte que os aldeados fossem tratados com mais brandura. A única, e bastante significativa, mudança que ocorria na ocasião era a de que a partir desse período os aldeamentos no Branco seriam administrados por civis, e casados, sendo os militares recolhidos à guarnição militar, deixando claro que o resultado do levante havia deixado dúvidas sobre a atuação dos militares no projeto de ocupação portuguesa no rio Branco por meio de aldeamentos⁶¹.

No final do século XVIII, uma vez que os aldeamentos haviam fracassado no rio Branco, um novo projeto de ocupação será adotado, mostrando a determinação portuguesa em manter a posse do território. Dessa forma, devido a falta de uma atividade mercantil que atraísse o não-índio, efetivou-se a introdução da cultura da pecuária com a criação das “fazendas reais” e a introdução do gado para tentar intensificar a presença do Estado português no alto rio Branco⁶².

O próprio comandante do Forte São Joaquim, à época o capitão Nicolau Sá Sarmiento, fundou a fazenda São Marcos, na região próxima à fortaleza, enquanto a fazenda São José foi fundada pelo capitão José Antonio Évora, morador e dono de muitas posses no rio Negro, e a fazenda São Bento fundada pelo próprio Lobo D'Almada, já como fazenda “real”, tornando-se essas fazendas os primeiros núcleos de introdução da pecuária no Branco⁶³.

⁵⁹ Id.Ibid. p. 134.

⁶⁰ Id.Ibid. pp. 164 – 165.

⁶¹ Id.Ibid. p. 167.

⁶² VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 33.

⁶³ Índios de Roraima. Op. cit. p. 20.

Segundo Farage e Santilli⁶⁴ (p. 272), estas duas fazendas que estiveram em mãos de particulares na virada dos séculos XVIII para XIX, com a morte do capitão Sá Sarmento, sem deixar herdeiros a São Marcos passa à propriedade da Coroa, e após a falência da família Évora no rio Negro, seus bens, incluindo a fazenda São José no rio Branco, são levados a leilão, e sem conseguir arrendá-los, são todos tomados pelo Estado português.

É importante perceber, como bem colocam Farage e Santilli, criadas para compensar a falta de colonização civil, a área das três fazendas compreendia toda a região do alto rio Branco, que era de propriedade do Estado português, e todas eram administradas pelo comandante do Forte São Joaquim, seus atos administrativos sendo reportados diretamente ao governador da capitania de São José do Rio Negro e ao Tesouro da Fazenda, ficando este comandante como representante do Estado na região durante longo período.

No final do século XVIII, da experiência de colonização portuguesa no vale do rio Branco, restava a atividade pecuária como opção de exploração econômica da região, cujo objetivo com sua implementação, de iniciativa oficial, era integrar a área ao mercado interno da América portuguesa e torná-la atrativa à fixação de colonos não-índios.

A pecuária, porém, parecia inicialmente um investimento duvidoso uma vez que o extrativismo de outras áreas da Amazônia era uma atividade muito mais lucrativa e segura, entretanto, alguns não-índios acabaram atraídos pela grande quantidade de pastagens naturais existentes no vale do rio Branco, a mão-de-obra indígena abundante e barata, e a possibilidade de que para iniciar sua atividade bastava capturar algumas cabeças de gado e se estabelecer em determinada área⁶⁵.

Devemos considerar o contexto econômico da Amazônia a partir de meados do século XIX, com a atividade principal voltada para o extrativismo vegetal, a pecuária praticada no vale do rio Branco tornava-se uma atividade marginal, ainda mais devido às dificuldades de transporte, permanecendo por longo tempo, até o final do século XIX, como uma atividade de subsistência e subsidiária do extrativismo vegetal⁶⁶.

No entanto, a partir dessa iniciativa, as fazendas particulares começaram a se multiplicar, tanto nas áreas antes ocupadas pelas fazendas reais, como em áreas fora

⁶⁴ FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, pp. 267 – 278.

⁶⁵ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 34.

⁶⁶ FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Op. cit. p. 273.

delas, o que significa que, com exceção da fazenda São Marcos, as fazendas São José e São Bento foram sendo ocupadas por posseiros no início do século XIX ou sendo usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários que se tornariam assim grandes proprietários rurais se apropriando indevidamente do patrimônio público⁶⁷, avançando também sobre as terras indígenas, o que tem gerado uma série de conflitos fundiários com reflexos até os dias de hoje.

Ao contrário do que ocorreu em outras áreas de desenvolvimento da pecuária, como Piauí e Mato Grosso, onde as populações indígenas eram expulsas ou exterminadas, no rio Branco, a apropriação das terras para a criação de gado foi acompanhada da inclusão dos indígenas nas camadas mais baixas da sociedade que se formava, pois no processo de ocupação era necessário encontrar um lugar social para o índio⁶⁸.

A atividade pecuária no vale do rio Branco, idealizada pelo Estado português, foi sendo levada adiante por particulares e gerando uma série de disputas que se refletem inclusive atualmente na sociedade roraimense. O primeiro campo de disputas foi entre os primeiros fazendeiros pela mão-de-obra indígena, e depois essa disputa passou a ser pelas terras dos índios que iam sendo expulsos de sua área de ocupação inicial, antes da chegada dos não-índios. O resultado dessa conjuntura foi o surgimento de grandes fazendeiros na região e finalmente uma base de sustentação econômica para o rio Branco entre o final do século XIX e o início do XX⁶⁹.

Dessa forma, com a questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Inglesa tendo sido levada para o campo diplomático desde 1842, o Forte São Joaquim já não era um fator decisivo na ocupação brasileira do rio Branco por vias militares⁷⁰, somente sua contribuição quanto à comprovação da presença portuguesa na região, questão essa que foi muito bem utilizada por Joaquim Nabuco.

Fato importante, é que por meio da Lei Provincial de 1858 (Lei nº 92, de 9 de novembro de 1958), que designava as fronteiras da Província do Amazonas, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, era estabelecida como sede administrativa da região do rio Branco⁷¹. Essa mudança atendia as reformas administrativas do Império, fazendo do aglomerado populacional que ocupava a área do entorno da Fazenda Boa Vista, fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, freguesia por meio da edificação de uma paróquia⁷² (OLIVEIRA, 2003, p.94).

⁶⁷ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 35.

⁶⁸ FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Op. cit. p. 268.

⁶⁹ VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit. p. 36.

⁷⁰ FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Op. cit. p. 271.

⁷¹ Boa Vista, fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, freguesia por meio da edificação de uma paróquia⁷² (OLIVEIRA, 2003:94).

⁷² OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Roraima: um olhar histórico e sócio-político do século XVI ao

Assim, com a fundação do Forte São Joaquim e a criação das “fazendas reais”, com a introdução do gado nos campos do alto rio Branco, fixou-se na região um pequeno grupo de cultura européia, que se impôs ao autóctone dando origem no futuro a um setor social e político. Militares foram se casando com as índias e formando famílias, o que era incentivado pelas autoridades coloniais, enquanto os militares mais graduados trouxeram suas famílias, geralmente oriundos do Nordeste. Os descendentes desses militares tornaram-se fazendeiros se apropriando das terras públicas, e com a incorporação de elementos chegados posteriormente, formou-se na região uma sociedade tipicamente patrimonial na passagem do século XIX para o XX⁷³.

Com a transformação do rio Branco em município, com sede em Boa Vista, em 1890, após o advento da República no Brasil, o Forte foi desativado por volta de 1900, iniciando-se seu abandono material. Em 1944, de suas antigas muralhas foram retiradas as pedras utilizadas nos alicerces e paredes das instalações do Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), localizado na Fazenda São Marcos, no rio Uraricoera⁷⁴.

O Forte São Joaquim se insere nessa sociedade na segunda metade do século XX como objeto de disputa, uma vez que cada família que se formou e se consolidou na região tenta apresentar-se mais tradicional que as outras, utilizando assim o Forte, elemento mais recuado da conquista definitiva pelos portugueses do rio Branco, como ponto de partida para contar seu direito a determinadas áreas ou cargos públicos.

Considerações Finais

O Forte São Joaquim representou até a segunda metade do século XIX o centro da atividade política do vale do rio Branco. Serviu como o braço do Estado, primeiro português e depois brasileiro no rio Branco, uma vez que detinha o poder da administração da região, gerenciando a geopolítica de ocupação não-indígena na fronteira extremo Norte do Brasil em seus aspectos políticos e econômicos.

Do Forte saíram muitos dos homens que se tornaram proprietários, quase sempre se apropriando das terras do Estado, que faziam parte das antigas fazendas reais. In: A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, pp. 17 – 99.

⁷³ SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. O Estado Nacional Brasileiro e a Amazônia. Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004, p. 84.

⁷⁴ BENTO, Cláudio Moreira Maj. Op. cit. p. 53.

ais, depois nacionais. Assim, o Forte São Joaquim teve um considerável período de grande importância nesse momento da consolidação da ocupação portuguesa no rio Branco, a partir da sua construção (1775), contribuindo mesmo no campo das decisões diplomáticas acerca dos limites fronteiriços com os países vizinhos, pois serviu como argumentação da presença do governo na região do Branco.

Sua importância no período fica evidenciada no momento que percebemos que mesmo o núcleo de ocupação não-indígena tendo sido deslocado para Boa Vista (década de 30 do século XIX), seu papel permaneceu inegável, continuando em atividade até o alvorecer do século XX, pois sem sua presença como braço do Estado em todas as esferas apontadas, seria difícil consolidar a ocupação da região.

Apesar de perder seu papel central para Boa Vista, onde residiam diversos ex-integrantes do Forte, sem esse ponto de apoio do Estado, a pecuária, iniciada em fins do século XVIII não teria se desenvolvido, pois no caso da ocupação do vale do rio Branco, o Estado, por meio da fortificação, teve que fazer o papel dos particulares nos primeiros anos, devido a dificuldade de se montar uma atividade econômica que atraísse grandes investimentos privados e oferecesse suporte para a ocupação.

De fato, muito se discute ou se discutiu sobre o Forte São Joaquim em Roraima, e acreditamos fazer uma nova abordagem que possa contribuir efetivamente aos estudos históricos sobre o vale do rio Branco no período colonial, ou mesmo imperial. Além disso, em diversas ocasiões grupos e segmentos sociais ligados ao setor governamental tem se mobilizado em tentativas de restaurar o sítio onde se localizava o Forte São Joaquim sem, no entanto, esclarecerem para a população roraimense seu real papel na fixação portuguesa no rio Branco, ponto de grande relevância, como também o de querer fazer um verdadeiro trabalho arqueológico no local a ideia é apenas restaurar o local.

Desativado por volta de 1900, de suas muralhas foram retiradas as pedras utilizadas nos alicerces e paredes das instalações do Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), localizado na Fazenda São Marcos, no Rio Uraricoera, em 1944. Ao longo dos anos, várias foram as tentativas e projetos de recuperação do valor histórico do Forte São Joaquim, sendo iniciadas, de acordo com nossas pesquisas, com o artigo do então major Cláudio Moreira Bento de 1975⁷⁵.

Se a memória dos excluídos da sociedade pode ser trazida à tona, como já vem sendo feito, com o objetivo de tornar a História de Roraima uma história mais democrática, onde todos os sujeitos históricos possam ter o espaço que ocuparam de fato na concretização da conquista das terras do alto rio Branco nos séculos XVIII e

⁷⁵ BENTO, Cláudio Moreira Maj. Op. cit.

XIX, afinal, nem só dos comandantes do Forte e seus familiares foi feita esta sociedade, existiram muito mais conflitos e confrontos do que a velha bibliografia local é capaz de nos mostrar.

Referências

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil no século XVIII. Brasília: Editora UNB, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 Mar 2007.

BENTO, Cláudio Moreira Maj. **Forte São Joaquim do Rio Branco**: Sentinela do Brasil no extremo Norte nos séculos XVIII e XIX. Revista do Militar Brasileira, v.106, 1975, pp. 51 – 54.

BRANDÃO, Sylvana. O Diretório Pombalino e a Historiografia Luso-brasileira. In: BRANDÃO, Sylvana (Org). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2002.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: FONTES, Edilza (org.). **Coleção Contando a História do Pará**: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003, pp. 32 – 58.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Belém e seus moradores no século XVII. In: FONTES, Edilza (org.). **Coleção Contando a História do Pará**: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003, pp. 84 – 110.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Em torno das Missões Jesuíticas na Amazônia (século XVII)**. Lusitânia Sacra, Volume 15, Segunda Série, 2003, pp. 19 – 20.

D’ALMADA, M. J. Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território (1787). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Rio de Janeiro**. Tomo XXIV, n.4, Rio de Janeiro. Pág. 617-683.

DIAS, Maria das Graças Santos. **Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial**. Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, n. 5, [19--?], pp. 33 – 39.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, pp. 267 – 278.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Roraima: um olhar histórico e sócio-político do século XVI ao XIX. In: **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, pp. 17 – 99.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa (1777). In: SAMPAIO, Francisco Ribeiro de. **Relação Geographica Histórica do rio Branco da américa Portuguesa (1777)**. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII. Rio de Janeiro, n° 18, 1850, pp. 200 – 273.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista**: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **O Estado Nacional Brasileiro e a Amazônia. Políticas públicas, economia e poder**: o estado de Roraima entre 1970 e 2000. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.